

editorial

As estadunidenses militantes do movimento Código Rosa (Pink Code) iniciaram uma greve de fome no dia 4 de julho de 2006 em protesto contra a ocupação do governo Bush no Iraque. Nos últimos dias somaram-se a essa luta as mobilizações contra o ataque de Israel ao povo libanês. A ação das mulheres em diversos países de todos os continentes é de repúdio aos ataques e bombardeios. Estamos empenhadas em construir um outro mundo onde seja possível viver sem guerras.

O imperialismo dos Estados Unidos e seus aliados utiliza a guerra como forma de continuar impondo sua dominação neoliberal, já que cada vez mais esse modelo está em questionamento. A suspensão das negociações da OMC demonstra como os governos já não conseguem estar em acordo para seguir as regras ditadas pelos Estados Unidos e União Européia.

A ação permanente dos movimentos sociais ao longo das negociações da OMC forçou os governos dos países do Sul para que colocassem limites nas propostas de acordos comerciais. A suspensão indefinida das negociações apresenta novas possibilidades para nossa luta antiimperialista e de combate à exploração das transnacionais, que são as que realmente ganham com o livre comércio.

Então, ao mesmo tempo em que comemoramos o insucesso da última rodada da OMC, temos a tarefa de sair às ruas para exigir o fim imediato das agressões e bombardeiros.

As Semprevivas

Arquivo: CF 8



Inovação: mulheres recebem formação para construir cisternas

Mulheres capacitando mulheres para o acesso à água*

A Cisterna de Placas é uma tecnologia criada por um pedreiro sergipano há cerca de 50 anos. Desde esta inovação, diversas redes e movimentos sociais no Nordeste desenvolveram técnicas semelhantes, partindo das experiências populares, reconhecendo a prática como uma importante alternativa de desenvolvimento sustentável para as áreas em processo de desertificação.

A proposta de multiplicação das cisternas por meio da capacitação e formação popular foi uma iniciativa assumida pela ASA Brasil¹ e hoje executa o programa de construção de um milhão de cisternas em toda a região do semi-árido.

O estado do Rio Grande do Norte articulou uma experiência semelhante, no entanto, inovou ao reconhecer e validar a importância de envolver as mulheres em todas as etapas do processo, desde a construção das cisternas até a gestão dos recursos hídricos.

Sendo as mulheres as que se ocupam da preocupação com a saúde da família,

da rega e lavagem dos alimentos, da ração dos bichos, da reposição das águas nos potes de barro para o consumo, nada mais justo do que assegurar a elas o direito de aprender sobre as tecnologias alternativas que envolvem essa função do cuidado, que há milênios desempenham silenciosamente.

E nada mais desbravador que deixar que elas disponham também das ferramentas de construção, introduzindo-as no mundo do trabalho e da tecnologia, quebrando o preconceito instaurado de que há “serviço de homem” e “serviço de mulher”.

No Rio Grande do Norte, 13 mulheres, munidas de enxada, cimento, conhecimento e força de vontade abraçaram essa empreitada. No entanto, moldar as placas e agrupá-las não representou o seu maior desafio de superação. Antes elas tiveram que duelar com o mito da fraqueza feminina e o descrédito da comunidade.

Superadas as piores barreiras, as placas foram erguidas com esforço inferior ao

continuação da capa

que se supunha e um grupo de multiplicadoras mantém-se mais firme que o concreto das cisternas para o fortalecimento da comunidade, cavando os veios da terra para que a igualdade esorra como água, nesse árido solo.

A simplicidade de um projeto que promove a capacitação para a construção de cisternas significa muito para o estímulo à convivência com o semi-árido e superação sistemática do problema da falta de água nas comunidades e assentamentos. E sua meta primordial é apostar na mobilização e organização dos indivíduos nas tomadas de decisões, formando multiplicadores capazes de consolidar uma gestão autônoma, baseada no respeito agroecológico e no desenvolvimento solidário.

Mulher e semi-árido: um contexto de desigualdades

A agroecologia prioriza a noção de desenvolvimento sustentável que preserve tanto recursos físicos quanto humanos, compreendendo que o conceito de natureza está atrelado ao de sociedade, e a prática da preservação da terra precisa estar somada à luta pelo fim da exploração do trabalho, pela igualdade e justiça social.

É impossível vislumbrar o ideal agroecológico sem atentar para as arestas históricas e culturais que delinham a nossa sociedade. Portanto, era legítimo que a garantia da presença das mulheres fosse preocupação prioritária do projeto. No que diz respeito ao campo, a opressão está vinculada à própria estrutura familiar, que relega mulheres e jovens a papéis falsamente coadjuvantes nas atividades de subsistência.

É justamente no contexto rural da agricultura familiar que enxergamos de forma explícita as desigualdades expressas nas relações sociais de gênero, conceito que nos leva a refletir sobre a complexidade da hierarquia sustentada entre homens e mulheres.

No diagnóstico realizado na região de Apodi do semi-árido potiguar (2003), podemos observar a fragilidade imposta



A capacitação de mulheres cisterneiras foi uma vitória para a mulher do campo

pela divisão sexual do trabalho: 52% das mulheres afirmaram que trabalham na roça ou “ajudam” o marido, realizando as mesmas atividades que os homens, mas sem receber nenhum salário. Destas, 79% afirmaram que nunca receberam remuneração pelo trabalho realizado e apenas 21% das mulheres afirmaram ter sido, de alguma forma, remunerada.

A tarefa de levar experiências de ação afirmativa das mulheres adiante não requer apenas mudanças de valores e uma redefinição operacional inclusiva, antes, impõe a elas uma organização coletiva, pautada pelo protagonismo e pela auto-gestão.

Mulheres construindo cisternas

Acordou-se que as mulheres estariam à frente das diversas instâncias do projeto. Os critérios de inscrição e seleção foram definidos de forma a favorecer as mulheres com maior potencial de multiplicadoras. A candidata precisaria residir no assentamento, ser posseira, sócia da associação, participar do grupo de mulheres e não ser beneficiária de cisternas provenientes de outros projetos. As que tivessem maior número de filhos, fossem responsáveis pela renda familiar ou tivessem em suas famílias idosos e deficientes, seriam também priorizadas.

Além do desejo de questionar a “ordem estabelecida” da hierarquização de poder nos assentamentos, existia o interesse pela apropriação de novas tecnolo-

gias adaptadas ao semi-árido, bem como pela possibilidade de geração de renda para as mulheres.

A construção é de fácil aprendizado, mas representa uma tecnologia alternativa que poderá ser facilmente aplicada. Cada cisterna deve atender a uma residência rural, o custo empreendido é de cerca de R\$ 1.100, dos quais R\$ 150,00 são de mão-de-obra. O funcionamento se dá pela proximidade com as calhas construídas na lateral do telhado das casas, delas escoam a água das chuvas que, conectadas por um cano, são direcionadas aos reservatórios. Cada cisterna tem capacidade de estocar até 16 mil litros, o suficiente para o consumo de cinco pessoas ao longo de oito meses.

A capacitação de mulheres pedreiras de cisternas foi uma vitória simbólica e política para a mulher do campo. Mas este avanço significativo e suas conseqüências para o público assistido mostram mais uma vez que o machismo é ainda uma grande ponte a ser cruzada no caminho rumo ao desenvolvimento humano.

* Edição autorizada da cartilha “Construindo cisternas, desconstruindo tabus: mulheres capacitando mulheres para o acesso à água”, produzida em 2006 pelo Centro Feminista 8 de Março, Mossoró (RN).

1. Em novembro de 1999, Recife foi sede da 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca - COP3, patrocinada pela ONU. Na ocasião, a sociedade civil atuante na região do semi-árido promoveu o Fórum Paralelo da Sociedade Civil à COP3, com vários eventos de grande repercussão. Este processo foi coordenado pela Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), criada em julho de 1999 e que hoje congrega mais de 700 organizações da sociedade civil e organismos de cooperação internacional que trabalham para o desenvolvimento social, econômico e político do semi-árido brasileiro.

Mulheres que migram sofrem mais

Por Luciane Udovic*

Uma política migratória justa. Esta foi a exigência dos mais de 2.000 participantes do II Fórum Social Mundial das Migrações, que aconteceu na cidade de Rivas - Madrid, entre os dias 22 e 24 de junho de 2006.

Foram três dias de intensos debates buscando propostas, a partir dos movimentos sociais, para pôr fim à dura realidade do povo. A “Cidadania Universal” foi considerada uma proposta justa de política migratória: “todas as pessoas que chegam a um novo país devem ter todos os direitos que são inerentes à condição de cidadão, independente de sua nacionalidade”.

Durante o evento, os participantes dividiam-se em cerca de 20 oficinas para refletir, debater e buscar propostas sobre os vários aspectos que envolvem as migrações. Um dos momentos fortes, e que foi bastante concorrido, foi o Seminário “Mulher e Migração”. Assim como em outras situações, o seminário evidenciou que, também no processo migratório, a mulher que migra vive uma situação de sofrimento e discriminação ainda mais forte que o homem.

Embora haja poucos estudos sobre a problemática da migração feminina no contexto atual da globalização econômica, é bom destacar que 72% dos trabalhadores migrantes do mundo são mulheres. Nas Américas, a Relatoria Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias afirma, em seu relatório de abril de 2001, que a mulher representa 47,5 % dos migrantes do continente. O serviço doméstico e a indústria manufatureira são os principais setores de emprego para a trabalhadora migrante. A mulher migrante é também a principal vítima do tráfico humano que acaba conduzindo-a essencialmente à prostituição.

A religiosa Teresinha Santin, do Departamento de Pesquisa do Centro Scalabriniano de Estudo Migratórios e que



Tarsila do Amaral

Há muito que se fazer diante da realidade complexa da mulher migrante

abriu o Seminário, lembrou que a mulher migrante é na maioria das vezes vítima de dupla discriminação: por ser mulher e estrangeira. Seu estado de “indocumentada” a torna mais vulnerável a abusos físicos, verbais e sexuais. Ressaltou ainda os impactos psicológicos vividos pela mulher migrante: a ruptura do laço familiar, a insegurança por abandonar seu país, muitas vezes filhos e marido, rumo ao desconhecido. E ainda o risco de uma gravidez que a coloca no limite entre a saúde e a doença, uma vez que se encontra num ambiente novo e, na maioria das vezes, sem recursos materiais e assistência sanitária.

Migração e tráfico humano

Somaly Mamm, prêmio Príncipe de Astúrias, destacou que é a mulher migrante quem sofre mais com o tráfico humano, muitas vezes submetida à escravidão do trabalho forçado ou da indústria do sexo. Lembra que 90% das mulheres prostituídas são vítimas do tráfico sexual e passam por situações traumáticas muito difíceis de serem superadas. Além de ser frequentemente explorada, há um grande desprezo pelos seus direitos fundamentais e ela raramente tem acesso a uma prote-

ção jurídica para garantir seus direitos.

Kenza Elghali, da universidade local Mohamed V, falou das experiências de migrantes árabes, que são também discriminadas pela associação que se faz com o terrorismo. As dificuldades aumentam ainda mais no momento da acolhida, do trabalho e da criação de relações.

O Seminário mostrou que há muito que se fazer diante da realidade complexa da mulher migrante. Os debates suscitaram a necessidade de ações urgentes para garantir os direitos humanos dos que migram.

Ao final do Fórum, as mulheres e os homens que fazem os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil altermundista reuniram-se por um outro mundo possível, necessário e urgente e, através da Declaração de Rivas, expressaram a certeza de que as e os migrantes são sujeitos de transformação das sociedades em que chegam e de onde saem e se deve reconhecer e promover este papel e a oportunidade que representa seu crescimento.

* Luciane Udovic, da secretaria continental do Grito dos Excluídos/as.

Panorama das artes a partir do trabalho de 60 mulheres

O Centro Cultural Banco do Brasil abriga um panorama das artes visuais brasileiras, segundo as mulheres. São quase nove décadas de *Manobras Radicais*. A exposição reúne trabalhos a partir da década de 1920, se espalhando no térreo, no mezanino e por mais três andares do centro cultural.

São 60 artistas reunidas para estas *Manobras Radicais*. Nomes sob curadoria de Heloísa Buarque de Hollanda e Paulo Herkenhoff. As artistas são agrupadas não por época, mas por diversas temáticas, abrindo desde o surrealismo e as influências das vanguardas do início do século passado até a videoarte, a videoinstalação. Herkenhoff propõe que vejamos a seleção como “um fluxo feminino da linguagem”. Para ele, mais do que a “celebração das individualidades” de cada artista valem as “relações conceituais” entre as obras expostas.

É também a possibilidade de o público se familiarizar com as artes plásticas e com

um pouco de cada artista. “As pessoas, em geral, conhecem Tarsila do Amaral. Já ouviram falar de Anita Malfatti... Mas não sabem quem é Lygia Clark”, acredita Niuira Bellavinha, apontando três das presenças mais fortes da exposição.

Tarsila do Amaral e Anita Malfatti são as pioneiras, anos 1920, da exposição. A escultora Maria Martins, nome de ponta do surrealismo brasileiro, também está presente. Assim como Lygia Pape, Lygia Clark, Regina Silveira e Tomie Ohtake. Como Ana Miguel e Brígida Baltar. Das artistas mais recentes, algumas que estiveram na última Bienal de São Paulo: Marilá Dardot, Paula Trope, Claudia Andujar e Rivane Neuenschwander.

Manobras Radicais: de 8 de agosto a 15 de outubro, Centro Cultural Banco do Brasil - São Paulo, 1º, 2º e 3º andares. Rua Álvares Penteado, 112 - Centro. Informações: (11) 3113-3651

o que rola

NPC divulga a produção de documentários dos movimentos populares

O Núcleo Piratininga de Comunicação tem em seu portal www.piratininga.org.br sinopses de documentários produzidos por sindicatos, movimentos populares e culturais e ONG's. A iniciativa é parte do projeto Artes e Histórias para Contar desenvolvido pela entidade com patrocínio parcial da Eletrobras através da Lei Rouanet. O objetivo é divulgar para o máximo de pessoas a produção dos movimentos sociais brasileiros que recuperam sua história, mostram suas lutas e divulgam valores culturais, artísticos e humanos do povo brasileiro. Há um grande número de documentários de caráter formativo e histórico. A maioria, infelizmente, é muito pouco conhecida.

Está previsto para o final do ano o lançamento de 3 mil exemplares de um Catálogo com as sinopses dos 300 melhores documentários pesquisados, contendo sugestões de uso e contato com os autores e produtores. A distribuição será gratuita. O trabalho será enviado para quem produziu os filmes e para entidades e movimentos populares, professores e educadores populares contatados durante o período da pesquisa.

Há muitos documentários produzidos em todo o Brasil que podem ser usados por professores em salas de aula, por animadores de comunidades e na formação política e social de jovens e adultos. Até o momento já foram encontrados, vistos e analisados mais de 400 vídeos sobre combate ao racismo, história do Brasil, a situação da mulher, meio ambiente, manifestações culturais e sobre a realidade brasileira nos seus variados aspectos.

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otilia Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria
Editora: Fernanda Estima (Mtb 25.075)
Projeto Gráfico: Alexandre Bessa
Diagramação: Márcia Helena Ramos
Fotolito: SB Editora
Impressão: RWC Artes Gráficas
Tiragem: 1.500 exemplares
Número avulso: R\$1,50



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
05417-080 - São Paulo / SP

Tel/fax: 3819-3876

Correio Eletrônico: sof@sof.org.br

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>

próximos números

- EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A LUTA DAS MULHERES
- LEI DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA